

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Ministro promete reforma profunda para evitar nova tragédia	2
Título: Discurso mira recuperação no exterior da credibilidade do setor	4
Título: Itaipu busca acordo antes de visita de presidente paraguaio	5
Título: Etanol e diesel ganham força, e consumo de combustível cresce 4% em janeiro	7
Título: Ale define seu primeiro plano de negócios sob comando da Glencore	8
Título: Brasil ainda está longe de esgotar potencial eólico.....	10
Título: Mais uma comercializadora tenta renegociar contratos.....	12
Título: ExxonMobil planeja perfurar ao menos cinco poços no país até 2020	14
Título: Curtas	14
Título: Promotora espera que a Vale afaste mais executivos.....	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Itaipu gera disputa entre Brasil e Paraguai.....	17
Título: MP apura se área de segurança da Vale trocou auditor para liberar barragem	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Retirada de rejeitos da Vale prevê desidratação da lama e confinamento em tubos	21
VEÍCULO: O Globo	23
Título: Proposta do governo prevê que índio não poderá vetar mineração	23
Título: Petrobras quer lei contra furto de combustível	24
Título: Procurador diz que edital da Norte-Sul favorece a Vale.....	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Paola De Orte | Para o Valor, de Washington****Título: Ministro promete reforma profunda para evitar nova tragédia**

O governo está trabalhando em uma "reforma profunda" da legislação para evitar tragédias sociais e ambientais como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, disse **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Entre as reformas legislativas previstas para que o governo possa responder de maneira mais rápida e tornar a legislação "mais severa e efetiva", de acordo com o ministro, estão a revisão do Código de Mineração e o aperfeiçoamento da regulamentação da Agência Nacional de Mineração (ANM). A agência foi criada ainda durante o governo de Michel Temer.

Em palestra em Washington (EUA) para acadêmicos e representantes do governo americano, de organizações internacionais e de consultorias de investimentos, Albuquerque destacou também que, até o fim de 2019, todas as barragens de rejeitos do país serão fiscalizadas pela ANM e prometeu que, em até três anos, todas as barragens com elevação a montante serão descomissionadas. As barragens a montante são do mesmo tipo das que romperam em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019).

O ministro afirmou que o que causa tragédias como a de Brumadinho não é a falta de legislação, e sim a não aplicação da lei que já existe. Segundo Albuquerque, as licenças para empreendimentos de mineração demoram "15, 20 anos" para acontecer, mas isso "não impede acidentes".

"A questão não é licenciamento. Comparado com outros países, nosso ordenamento jurídico no que diz respeito a barragens de rejeitos de mineração é tão rigoroso ou mais". Segundo o ministro, o que falta é melhorar governança e dar apoio para que a ANM possa exercer suas atribuições de fiscalização e de controle.

Albuquerque afirmou ainda que as alterações na legislação do setor também servirão para impulsionar as exportações de minérios. Segundo ele, essas mudanças devem incluir regulação do uso de terras indígenas.

"A exploração em áreas indígenas já está prevista na nossa Constituição, o que ocorreu é que até hoje não foi regulamentada", disse o ministro. Segundo ele, essa falta de regulamentação leva a conflitos e ao garimpo ilegal, que prejudica a preservação do ambiente e não beneficia as comunidades indígenas.

De acordo com o ministro, o que o governo pretende é regulamentar essa exploração cumprindo preceitos legais. "Quem está preocupado com essas comunidades deveria, sim, ficar feliz com essa iniciativa do governo de trazer a regulamentação e benefícios para o desenvolvimento dessas áreas."

Sobre a capitalização da Eletrobras, Albuquerque afirmou que o ministério trabalha junto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para ter o modelo finalizado até junho.

"O que nós temos que fazer é o melhor modelo possível e implementá-lo quando possível. Eu espero que isso possa ser implementado ainda em 2019", afirmou o ministro, que classificou a capitalização como uma das três prioridades da agenda econômica do governo Jair Bolsonaro, ao lado da reforma da Previdência e do leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa.

Albuquerque afirmou que só depois de acertado o modelo é que será definido o que será enviado ao Congresso, embora o governo já esteja conversando com parlamentares sobre o tema. O ministro adiantou, no entanto, que o processo será semelhante ao da Embraer e deve incluir a "golden share", porém ressaltou ainda não saber "de que forma será essa 'golden share'".

Ele também afirmou que o governo vai contar com o aval do TCU para o leilão do excedente da cessão onerosa. Segundo ele, o aval deve sair até a publicação do edital pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que deve sair cem dias antes do leilão marcado para o dia 28 de outubro.

Já em relação ao uso de energia nuclear, o ministro disse que o país não pode "ficar refém do preconceito e da desinformação".

Na visão dele, o Brasil tem duas vantagens competitivas que devem ser aproveitadas nessa área: o conhecimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes reservas de urânio. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a energia nuclear responde por 1,4% da matriz energética brasileira.

De acordo com ele, a Alemanha passa por dificuldades por ter investido muito em energia renovável, o que "compromete a segurança energética porque, dependendo das condições climáticas, não tem energia".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Discurso mira recuperação no exterior da credibilidade do setor**

Em sua primeira agenda oficial no exterior, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, priorizou seu discurso no setor mineral. Após o rompimento de uma barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho (MG), que resultou em mais de 300 vítimas - entre mortos e desaparecidos -, ele tem dedicado esforços em recuperar a credibilidade do negócio de mineração no país.

Em eventos no Canadá e nos Estados Unidos, Albuquerque ressaltou que o governo está trabalhando em uma reforma estrutural do setor mineral para evitar tragédias ambientais como as ocorridas em Mariana e Brumadinho. Entre os pontos da reforma, estão a revisão do Código de Mineração e o aperfeiçoamento da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Ao mesmo tempo que defendeu um maior controle sobre a atividade mineral do país, o ministro sinalizou com uma mudança na legislação no setor de energia nuclear, permitindo investimentos privados no desenvolvimento da fonte no país. Outro tema defendido pelo ministro é a exploração racional de recursos energéticos na Amazônia.

Ainda sobre a Amazônia, no fim de fevereiro, o Conselho de Defesa Nacional definiu o linhão de transmissão Manaus-Boa Vista como "alternativa energética estratégica para soberania e defesa nacional". A decisão permite ao governo aplicar salvaguarda definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, na prática, possibilita a construção do empreendimento independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a ideia é acelerar o processo de licenciamento ambiental do linhão, dando continuidade aos entendimentos que vêm sendo construídos com os indígenas Waimiri-Atroari. O linhão é importante para criar uma alternativa de abastecimento à capital de Roraima, hoje abastecida principalmente por uma linha de transmissão que importa energia da Venezuela.

O ministro também incluiu na sua bagagem a capitalização da Eletrobras - e não "privatização", como ele reforçou mais uma vez - e o leilão do excedente da cessão onerosa. Os dois temas são oportunidades relevantes de atração de

investimentos estrangeiros para o país. **(Colaborou Paola De Orte, de Washington, para o Valor)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Itaipu busca acordo antes de visita de presidente paraguaio

A quatro dias da visita oficial do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, ao Brasil, o conselho de administração de Itaipu realiza uma sessão extraordinária hoje em Foz do Iguaçu em nova tentativa de solucionar o impasse financeiro da estatal, em meio à preocupação em evitar um desconforto no reencontro dos chefes de Estado.

A troca de afagos pública entre o presidente Jair Bolsonaro e Abdo na semana passada - quando o brasileiro chamou o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner de "estadista" - gerou expectativa de avanço nas negociações das tarifas de energia, mas que acabaram frustradas na reunião de 28 de fevereiro.

Diante do insucesso das tratativas na reunião da semana passada, haverá um esforço técnico e diplomático para liquidar o problema nesta segunda reunião.

Itaipu está sem perspectiva de faturamento pela prestação dos serviços de eletricidade para 2019. O balanço anual e as faturas de janeiro e fevereiro deste ano estão em aberto.

As respectivas geradoras e transmissoras de energia elétrica - a brasileira Eletrobras e a paraguaia Administración Nacional de Electricidad (Ande) - enfrentam um impasse diante do prejuízo há anos imposto ao consumidor brasileiro, que já paga mais caro pela energia produzida pela usina, em um cenário que se acentuou no ano passado.

A assimetria tarifária em relação ao Paraguai, em especial nos meses de junho, julho e setembro de 2018, gerou uma diferença de R\$ 54 milhões, reclamada pela Eletrobras. Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$ 38,72 por MWh, enquanto ao Paraguai esse custo saiu a US\$ 24,60 MWh.

À frente das negociações do lado brasileiro, o diretor-geral de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, empossado na semana passada, disse ao que as demonstrações de amizade entre os dois chefes de Estado poderão influenciar a construção de um

consenso. Ele vem estreitando laços com o diretor-geral paraguaio, José Alberto Alderete. "O que resolvermos aqui vai reduzir a pressão com o presidente de lá [do Paraguai]."

O novo diretor-geral brasileiro também confirmou ao **Valor** que haverá novas alterações na diretoria da estatal. "Serão necessárias [mais mudanças]", afirmou. "Havia uma insegurança [na gestão de Itaipu], muita gente colocada por critério político. Essa parte termina agora." Tendo como diretriz implantar um regime de austeridade de gastos, ele levou para a estatal outro quadro militar: o vice-almirante Anatalício Ridsen Filho, que assumiu na semana passada o cargo de diretor financeiro-executivo.

Os dirigentes paraguaios resistem aos termos colocados pelo Brasil sobre a mesa de negociações, evocando um paralelo com Davi e Golias, em que se apresentam como a parte mais frágil da história.

Silva e Luna tem a vantagem de conhecer a fundo a personalidade dos vizinhos porque viveu no Paraguai por cerca de dois anos, como instrutor das tropas paraguaias num intercâmbio das Forças Armadas. Segundo ele, trata-se de um povo afetuoso como os brasileiros, mas aguerrido na defesa de seus interesses. Nas conversas com Alderete, vem ponderando que os interesses são comuns e que o consenso deve imperar.

Na solenidade de posse de Silva e Luna no último dia 26 em Foz do Iguaçu, Bolsonaro e Abdo trocaram gestos ostensivos de amizade, que suscitaram esperanças quanto a um acordo sobre a diferença de tarifas. Bolsonaro dirigiu-se ao seu homólogo pelo apelido que é conhecido em seu país, "Marito", e lembrou que compartilham a mesma trajetória militar, inclusive como paraquedistas.

Em uma declaração polêmica, o brasileiro elogiou a visão de "estadista" de Stroessner, que governou o Paraguai durante 35 anos sem eleições livres. O elogio não foi por acaso: o pai de Abdo foi assessor especial de Stroessner durante boa parte do governo. O paraguaio, por sua vez, referiu-se a Bolsonaro como meu "apreciado amigo".

Na ponta do lápis, entretanto, enquanto o Brasil cobra a revisão das tarifas, o Paraguai resiste e sinaliza que não cederá sem um gesto objetivo do sócio em relação à construção de mais duas pontes sobre os rios Paraguai e Paraná. A construção das pontes foi uma das plataformas da campanha eleitoral do paraguaio, que veio ao Brasil antes mesmo da posse tratar da questão com o

então presidente Michel Temer. No último dia 26, diante de Bolsonaro, Abdo lembrou que faz 53 anos que foi construída a Ponte da Amizade entre os dois países, ligando Foz do Iguaçu a Ciudad del Leste. Silva e Luna pondera que um aceno objetivo do Brasil na aplicação de recursos de Itaipu na construção de duas pontes reivindicadas pelo Paraguai pode colaborar para o acordo em relação às tarifas de energia.

A questão de Itaipu consta da pauta oficial da visita de chefe de Estado de Abdo no próximo dia 12. Na semana passada, Bolsonaro disse que o encontro em Foz do Iguaçu foi um "aquecimento" para a agenda da terça-feira da semana que vem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Etanol e diesel ganham força, e consumo de combustível cresce 4% em janeiro

Depois de se manter praticamente estável em 2018, o consumo de combustíveis começou o ano em alta. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), as vendas cresceram 3,8% em janeiro, ante igual mês do ano passado, para 11,215 bilhões de litros.

Tradicionalmente vinculada ao desempenho da economia, sobretudo ao agronegócio e indústria, a comercialização de diesel cresceu 6,1% no primeiro mês do ano, para 4,4 bilhões de litros. Em 2018, as vendas do combustível aumentaram 1,4%.

Já o consumo de gasolina manteve a trajetória de baixa iniciada em 2018, em meio à perda de competitividade para o etanol. Depois de fechar o ano passado com uma queda de 13,1%, a comercialização da gasolina caiu 7,9% em janeiro, para 3,1 bilhões de litros.

As vendas de etanol hidratado, por sua vez, avançaram 34,4%, para 1,85 bilhão de litros, depois de crescerem 42,1% em 2018. Esse aumento sustentou o crescimento do mercado do Ciclo Otto (veículos leves cujos motores operam com etanol e/ou gasolina). Tradicionalmente vinculado ao consumo das famílias, esse segmento subiu 1,5%, após cair 3% em 2018, em gasolina equivalente - medida que considera a equivalência energética do etanol frente a gasolina.

O gás liquefeito de petróleo (GLP), outro mercado geralmente vinculado ao consumo das famílias, recuou 1,6% em janeiro, seguindo a trajetória de queda de 2018, quando as vendas do derivado caíram 1%. O consumo de óleo combustível, associado principalmente ao despacho das termelétricas, por sua vez, caiu 26,3% no primeiro mês do ano.

Já entre os destaques positivos, as vendas de querosene de aviação (QAV) cresceram 3,8%, num sinal de que o mercado doméstico de aviação mantém o movimento de reaquecimento registrado no ano passado. Em 2018, o consumo do derivado avançou 7,6%.

Ontem, a ANP informou também que a produção nacional de petróleo caiu 2,2 % em janeiro, ante dezembro do ano passado. A agência atribuiu a queda às paradas para manutenção nas plataformas P-74 e Cidade de São Paulo, que estão no pré-sal da Bacia de Santos. Já a produção de gás natural caiu 0,4%, na comparação com dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Carlos Prieto | De São Paulo

Título: Ale define seu primeiro plano de negócios sob comando da Glencore

O logotipo da rede de distribuição de combustíveis Ale continua o mesmo: a letra A maiúscula nas cores azul, vermelha e branca. Mas ganhou neste ano a expressão "by Glencore" em letras pequenas. A trading suíça, uma das maiores do mundo, assumiu o controle da companhia brasileira em setembro, após comprar 78% da empresa, e a descrição na marca ilustra bem sua estratégia. Manter a forma de atuar da Ale que a levou ao quarto lugar no ranking do setor, mas introduzindo uma cultura de busca de eficiência e controle de custos em todos os níveis, além de novos padrões de "compliance".

Os primeiros resultados dessa nova fase são a volta dos investimentos, dos patrocínios esportivos e de metas de crescimento após alguns anos de incerteza. Desde que foi negociada com a Ipiranga em 2016, numa aquisição que acabou vetada pelo Cade um ano depois, a companhia não tinha um plano de crescimento e investimento tão robusto.

A empresa prevê R\$ 15 bilhões de receita neste ano, alta de 20% sobre 2018. Os investimentos planejados para 2019 ficam em R\$ 167 milhões. E o objetivo é adicionar 150 postos aos atuais 1,5 mil pontos, ampliar a presença das lojas de conveniência Entrepastos para 18% da rede e expandir a Ale Express, de troca de lubrificantes, após acordo de exclusividade com a Moove (da Cosan),

detentora da marca Mobil no Brasil. Acordo que já resultou na volta da Ale aos patrocínios esportivos, com investimento na equipe Full Time Sports de Stock Car. E o patrocínio de um grande clube de futebol deve ser anunciado nas próximas semanas.

"O orçamento foi feito num momento desafiador. Em setembro, a Glencore estava assumindo a companhia e havia incertezas sobre o cenário eleitoral. Nossa aposta é que [a distribuição de combustível] vai melhorar depois de vários anos de instabilidade e de margens comprimidas. Acho que nossa aposta foi correta", afirma Fulvius Tomelin, presidente da Ale desde setembro. Com 12 anos na empresa, ele substituiu Marcelo Alecrim, fundador da companhia e atual presidente do conselho de administração. Alecrim detém os 22% restantes da Ale.

Do volume total vendido hoje, 30% é destinado a postos bandeira branca, maior potencial de expansão da rede

E o começo de ano reforçou o otimismo. O primeiro bimestre deu o retorno esperado e com o que Tomelin chama de "crescimento saudável". Ele prefere não contabilizar o resultado do período pelo volume de combustível vendido, mas pelo crescimento na base de postos, lojas de conveniência e venda de lubrificantes. Cerca de 10% da meta de novos postos e lojas de conveniência foi atingida em janeiro e em fevereiro o número deve ser repetir.

A expansão da rede será concentrada nas regiões onde a Ale tem infraestrutura montada e com ociosidade, como São Paulo, Minas, Rio, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Diego Pires, diretor de varejo, diz que não há restrição aos outros Estados, mas a busca por maximização dos ativos. "Adensar a operação traz muito benefício à marca." A Ale tem presença em 21 Estados.

O Brasil tem hoje 41 mil postos de combustíveis. Desse total, 18 mil são chamados de bandeira branca, que não tem contrato de exclusividade com as distribuidoras. As três maiores do setor controlam em torno de 65% do mercado e têm por trás grandes grupos: BR Distribuidora, com Petrobras; Ipiranga, da Ultrapar; e Raízen, sociedade entre Cosan e Shell. Bem longe desse grupo, a Ale tem 4%. Além da chegada da Glencore, a petroleira francesa Total chegou ao setor em janeiro, com a compra da rede mineira Zema.

Nesse cenário e lembrando que combustível é praticamente commodity, a direção da Ale aposta no corpo a corpo com o revendedor bandeira branca para crescer. Do volume total vendido hoje, 30% é destinado a postos bandeira branca, maior potencial de expansão da rede. "Temos de ter proposta de valor que atenda tanto ao posto que está numa grande avenida de São Paulo como no interior do Rio Grande do Norte. Propostas diferentes e que façam sentido

para cada um deles. Essa é nossa diferenciação em relação as três gigantes. O desafio é fazer a empresa crescer sem perder a essência de estar próximo do cliente", diz Tomelin.

Multinacional suíça trouxe a expertise de uma trading e impôs normas mais rígidas de segurança e compliance

A Ale agora também tem um grande grupo por trás e o presidente admite que isso faz sim muita diferença. Com a Glencore no controle, o acesso ao capital para ampliar os investimentos fica mais fácil, além de trazer para dentro da distribuidora todo o expertise de uma trading. A operação de compra de etanol, por exemplo, ficou muito mais ágil, já que a própria Glencore produz o combustível no interior de São Paulo.

Mas com a multinacional veio também uma busca por eficiência interna que levou a análise "linha a linha, conta a conta, de todas as despesas que poderiam ser otimizadas", disse o presidente. E normas mais rígidas de segurança e "compliance". Todo o pessoal que não tem ligação direta com a operação, por exemplo, foi retirado das bases para escritórios comerciais. Foi aberto um canal de denúncia e criada uma coordenação de compliance que responde diretamente à Glencore.

A entrada de multinacionais de peso no setor vai tornar mais sensíveis questões como adulteração de combustível e formação de cartel. Tomelin explica que 50% das suas vendas são feitas por frota própria ou contratada e a outra metade é responsabilidade dos clientes. Nos dois casos a empresa tem mecanismos de controle. Sobre a formação de cartel, ele acredita que a presença de postos bandeira branca praticamente inviabiliza a combinação de preços. "Nos dois casos, se tivermos um revendedor que esteja, comprovadamente, com má fé, interrompemos o fornecimento e entramos com medidas judiciais."

Em um caso recente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) investigou denúncias de formação de cartel em Belo Horizonte e municípios vizinhos entre 2006 e 2008 envolvendo postos com bandeiras das quatro maiores do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Brasil ainda está longe de esgotar potencial eólico

Mesmo se o Brasil conseguir manter a taxa de crescimento exponencial de potência instalada da fonte eólica, de 45% ao ano, levará mais de 40 anos para que todo o potencial do país seja esgotado, sem contar empreendimentos offshore, de acordo com relatório do BTG Pactual obtido pelo **Valor**. Segundo os analistas do banco, isso oferece uma grande oportunidade para que as grandes geradoras elétricas do Brasil diversifiquem o portfólio, reduzindo exposição ao risco hidrológico.

O relatório, assinado pelos analistas João Pimentel e Fillipe Andrade, aponta que grande parte do crescimento global da potência instalada da fonte eólica nos próximos anos deve vir do Brasil, que já tem registrado a "impressionante" taxa anual média de 45% nos últimos 10 anos, saindo de menos de 400 megawatts (MW) em 2008 para 13.677 MW em 2018. A participação na matriz elétrica do país saiu de 0,3% para 9% ao fim do ano passado.

O crescimento, classificado pelos analistas como "impressionante", é atribuído, em parte, à política de governo de expansão da matriz energética focada em renováveis, com incentivos na forma de subsídios. Também contribui a queda dos preços de energia eólica, reflexo de avanços tecnológicos.

"Apesar do desempenho notável da geração eólica no Brasil, nesse ritmo de crescimento, alguns investidores podem se preocupar se o país está próximo da capacidade máxima de exploração da fonte", escreveram os analistas, respondendo a questão em seguida: mesmo se o Brasil continuar com a taxa de crescimento excepcional de 45% ao ano, em média, levaria mais de 40 anos para que a capacidade instalada máxima fosse atingida.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), há cerca de 5 GW contratados de eólicas para entrarem em operação até 2026. Considerando as projeções da EPE para capacidade adicional que será contratada ainda por leilões no país, o BTG Pactual estima que há espaço para novos 30 GW de eólicas no Brasil até 2027.

A projeção considera apenas os projetos em terra. Além disso, o Brasil poderá ter, no futuro, um maior potencial de projetos de geração eólica "offshore", no litoral, tecnologia que está ganhando espaço na Europa, onde os espaços são mais limitados, mas ainda é muito cara para o Brasil em comparação com os ativos "onshore". O BTG Pactual apontou que grandes petroleiras, como Petrobras, Total e Equinor estão estudando os projetos no litoral, o que é

explicado pela presença forte de ventos nas regiões em que as companhias têm exploração de óleo e gás.

A análise do perfil dos ventos no território brasileiro aponta para outras mudanças nos investimentos em geração eólica. Hoje, a maior parte dos projetos são instalados na região Nordeste, onde há um fator de capacidade mais elevado por conta da qualidade dos ventos. A partir do ano que vem, uma importante mudança deve entrar em vigor: os preços de energia do mercado à vista passarão a ser fixados por hora, e não mais por semana, como é hoje.

Regiões na qual o pico de ventos coincide com o pico de consumo de energia tendem a ser mais atrativas para novos parques eólicos, pois os preços tendem a ser maiores. Segundo a avaliação do BTG, isso inclui regiões já fortes em energia eólica, como nordeste da Bahia e sudeste do Piauí, e também novas localidades, como o norte de Roraima e o leste do Paraná.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Mais uma comercializadora tenta renegociar contratos

A comercializadora Bio Energias está renegociando contratos, depois de sofrer com o baque da virada de preços do mercado livre de energia do início do ano, apurou o **Valor**. Ao menos quatro comercializadoras clientes da Bio disseram, sob condição de anonimato, terem sido procuradas para renegociar contratos de fevereiro e do restante do semestre.

Segundo fontes, com problemas de caixa, a Bio Energias ofereceu entregar 20% do contratado de fevereiro a junho. Para alguns clientes, a proposta envolveu apenas a entrega de energia de fevereiro, e foi feita uma promessa de regularização dos montantes vendidos ao longo dos próximos meses, mas não foram apresentadas garantias para isso.

Procurada, a comercializadora disse que "informações relativas a operações de compra e venda de energia possuem caráter estritamente confidencial e a sua divulgação pela Bio Energias ou por terceiros resultaria em violação ao dever de sigilo, sujeitando os envolvidos à reparação dos prejuízos causados, entre outras medidas."

Várias comercializadoras estão enfrentando problemas semelhantes e tentando renegociar contratos para evitar estragos maiores, de acordo com fontes do

mercado. O problema, que ganhou força depois da virada inesperada dos preços de energia vista neste início de ano, trouxe à tona preocupações com a segurança das operações do mercado livre.

Em dezembro, as previsões de chuvas apontavam para um 2019 de preços de energia abaixo de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh). Com isso, muitas comercializadoras venderam energia sem lastro, uma vez que não há limites para esse tipo de negócio, com a expectativa de liquidar no mercado à vista e lucrar a diferença. As chuvas, contudo, não se concretizaram, e janeiro e fevereiro tiveram preços muito maiores que os esperados, chegando na faixa de R\$ 500/MWh no mês passado.

A situação chamou a atenção do governo, que reforçou as conversas com o mercado livre para aprimorar as regras e evitar que cenários como esse se repitam. Em entrevista ao **Valor**, na semana passada, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, contou que ao longo do ano a agência deve discutir mudanças como a obrigação de aportes de garantias e novos critérios mais rígidos para homologação de comercializadoras.

A primeira comercializadora a quebrar foi a Vega Energy, que deu um calote estimado em R\$ 200 milhões em seus clientes, por não ter lastro para cumprir os contratos. A Bio Energias foi uma das principais afetadas por isso, com impacto negativo de R\$ 37 milhões, de acordo com uma lista de calotes que circulou no mercado.

Para evitar um "efeito cascata", a maior parte das comercializadoras afetadas se comprometeu a assumir os prejuízos, na medida do possível para cada um. Mesmo assim, o mercado fez novas vítimas. Dias depois do evento da Vega, a Linkx informou que não iria honrar os contratos de venda de energia. A comercializadora chegou a receber pela energia vendida, e no dia seguinte comunicou a parte de seus clientes que não iria cumprir os contratos. Diante de ameaças de judicialização dos clientes, a Linkx devolveu os montantes recebidos e iniciou negociações com os clientes.

A terceira a enfrentar problemas consideráveis foi a FDR Energia. No lugar de dar um calote, a comercializadora, também com problemas de caixa, propôs aos clientes entregar energia no submercado Nordeste, onde os preços são mais baixos que os do Sul e Sudeste, por exemplo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/03/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Rio****Título: ExxonMobil planeja perfurar ao menos cinco poços no país até 2020**

Depois de investir R\$ 8,7 bilhões nos leilões de áreas exploratórias dos últimos dois anos, a petroleira americana ExxonMobil planeja perfurar ao menos cinco poços no Brasil entre 2019 e 2020, informou a companhia a investidores na quarta-feira, nos Estados Unidos.

A empresa foi líder em aquisições nos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de 2017 e 2018. Ao todo, arrematou 21 áreas exploratórias, sendo onze delas como operadora. O maior interesse da multinacional está em águas ultraprofundas, nas bacias de Campos, Santos e Sergipe-Alagoas.

Um dos principais pontos dos investimentos da multinacional em exploração será o bloco de Uirapuru, no pré-sal da Bacia de Santos, adquirido em leilão em junho do ano passado.

A ExxonMobil também informou que pretende perfurar, neste ano, mais um poço de avaliação da descoberta de Carcará. O projeto é operado pela norueguesa Equinor (ex-Statoil) no pré-sal da Bacia de Santos e deve começar a produzir petróleo entre 2023/2024. A expectativa, segundo a petroleira americana, é que o campo produza cerca de 220 mil barris diários.

A ExxonMobil, quando concluída a aquisição da fatia da Barra Energia no projeto, passará a deter 40% da concessão de Carcará. A Equinor ficará com outros 40% e a Petrogal com 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/03/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

CSN confirma Citi

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) confirmou ontem a contratação do banco Citi, por meio da controlada CSN Mineração, como assessor financeiro para avaliar opções estratégicas para a redução do endividamento, que consideram, inclusive, a venda antecipada de minério de ferro através da

estrutura de "streaming". O comunicado da siderúrgica foi uma resposta a pedidos de esclarecimentos feitos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) à reportagem do **Valor**, com fontes, publicada na edição de quarta-feira, de que o valor da operação seria de US\$ 1 bilhão.

Prejuízo da Ferbasa

A fabricante de ferro-ligas Ferbasa registrou prejuízo de R\$ 2,26 milhões no quarto trimestre de 2018, revertendo assim o lucro de R\$ 64,4 milhões no mesmo período de 2017. Também na comparação anual, a receita líquida subiu 5,3% de outubro a dezembro, para R\$ 291 milhões. O custo dos produtos vendidos subiu 14,1%, para R\$ 232 milhões. Do total da receita líquida, o faturamento no mercado interno de ligas de cromo subiu 10,6% no quarto trimestre de 2018 ante um ano antes, a R\$ 138 milhões. No mercado externo, a receita de ligas de cromo caiu 71,7%, para R\$ 8 milhões.

Minério em alta

A divulgação de dados sobre a atividade siderúrgica na China, que indicaram queda na produção e desestocagem nas usinas e no mercado, tiveram efeito positivo sobre os preços do minério de ferro na sessão de ontem, tanto no mercado à vista quanto nas bolsas de futuros. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu US\$ 0,56, a US\$ 87,61 por tonelada. Com esse desempenho, no mês, a commodity voltou a exibir ganho acumulado de 2,66%. No ano, a valorização chegou a 20,46%. Conforme a Fastmarkets, a queda nos estoques de produtos siderúrgicos marca ponto de inflexão, uma vez que, em outros anos, o indicador mostrava acúmulo de inventários no período que sucede o Ano Novo Lunar na China, com consumo desses volumes adicionais nos meses posteriores. Os dados divulgados também indicaram demanda saudável no mercado de aço, acrescentou a publicação. "Como resultado, os futuros de aço e de minério saltaram na sessão da tarde, impulsionados pelo sentimento mais forte do mercado", informou. Na Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato para maio avançou 13 yuans, para 623,50 yuans por tonelada.

Petróleo valorizado

Os preços do petróleo fecharam em alta, ainda recebendo suporte da redução da oferta da commodity com os cortes de produção da Opep e aliados. Além disso, sanções contra a Venezuela e o Irã - dois países membros da Opep que

estavam isentos dos cortes de produção - também reduzem a oferta global de petróleo. Referência mundial, o barril do Brent para maio fechou em alta de 0,46%, a US\$ 62,30, em Londres. O contrato do WTI para abril subiu 0,78%, cotado a US\$ 56,66. "O fato de que a Opep está tentando colocar um piso sob os preços está ajudando a dar suporte aos mercados", disse Michael Hewson, analista-chefe de mercados da CMC Markets, à Dow Jones Newswires. No entanto, Hewson apontou também que o Brent tem "ficado preso em uma faixa estreita" entre US\$ 64 e US\$ 67 desde o meio de fevereiro. Neste contexto de restrição da oferta, analistas do Goldman Sachs apontam que o cenário preparado para o segundo trimestre é "restritivo". Ainda assim, eles alertam que a perspectiva de longo prazo deve ser temperada pela retomada da produção de xisto dos EUA no segundo semestre, com redução de gargalos estruturais na Bacia Permiana que contribuirão para elevar as exportações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Bloomberg, do Rio

Título: Promotora espera que a Vale afaste mais executivos

Outros executivos da Vale podem deixar a empresa depois que o ex-presidente Fabio Schvartsman se afastou no fim de semana, disse Andressa Lanchotti, promotora que lidera uma força-tarefa que investiga a tragédia. O colapso na barragem de rejeitos de Brumadinho levou os promotores de Minas Gerais a recomendarem, no dia 1º de março, que Schvartsman e outros 13 executivos renunciassem, com base nas evidências obtidas na investigação.

O documento estabeleceu um período de dez dias para a Vale responder, e Schvartsman e três outros executivos apresentaram pedidos de afastamento temporário no dia seguinte. "A diretoria da Vale se reuniu à luz da recomendação. Parece que vai ser cumprido. Isso é minha expectativa, mas ainda não recebemos resposta formal", disse a promotora, por telefone. "A gente espera que eles respondam até o final da semana".

Quando contatada pela Bloomberg, a Vale se referiu a uma declaração de 1º de março em que a empresa disse que iria rever as recomendações da força-tarefa, sem oferecer comentários adicionais. Embora a promotora tenha preferido não discutir detalhes do caso, ela disse que sua força-tarefa e outras instituições estatais planejam responsabilizar os indivíduos pelo acidente. "Minha visão do que aconteceu no 25 de janeiro é que foi um crime, e está sendo tratado como crime. E a gente está tentando responsabilizar os culpados. Essa é a minha expectativa", afirmou.

Isso marcaria uma mudança em relação ao rompimento de uma barragem anterior, no final de 2015, em uma joint venture da Vale. Na esteira do desastre de 2015, ativistas, promotores e legisladores mineiros começaram a redigir um projeto de lei para proibir barragens de rejeitos, aumentar o licenciamento e fortalecer a inspeção e obrigar as empresas de mineração a se prepararem financeiramente para cobrir os custos de quaisquer catástrofes.

O projeto parou no comitê, tendo encontrado resistência de legisladores e em meio a lobby da indústria de mineração. Desta vez, depois de um mês do acidente de Brumadinho, os legisladores aprovaram o projeto - por unanimidade - e o governador o sancionou. Isso porque a escala da tragédia forçou os legisladores a agir sem restrições das empresas de mineração, de acordo com João Vitor Xavier, deputado estadual que apresentou o projeto. "O setor de mineração estava tão envergonhado que não teve coragem de fazer o que fez no passado", disse Xavier por telefone.

As barragens de mineração a montante já foram proibidas pelo governo federal, mas isso foi feito por decreto, o que significa que a proibição pode ser rapidamente revertida por outro decreto, disse Xavier.

O governador de Minas Gerais afirmou na semana passada que espera que outros estados sigam o exemplo de Minas Gerais. "Com a entrada em vigor da lei, todas as mineradoras terão que desativar as barragens à montante em nosso estado nos próximos três anos", disse Romeu Zema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/03/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Itaipu gera disputa entre Brasil e Paraguai

Acordo de contratação de energia ainda é um impasse entre os dois países; revisão pode provocar aumento de 40% na tarifa do país vizinho

O impasse entre Brasil e Paraguai em torno da energia elétrica da Hidrelétrica de Itaipu continua e embute um custo político elevado para o país vizinho, que quer evitá-lo de todas as formas. Se o Paraguai aceitar contratar a energia que consome pelo preço considerado adequado pelo lado brasileiro, os consumidores do país vizinho terão de arcar com um reajuste médio de cerca de 40%, segundo apurou o "Estadão/ Broadcast". Hoje, a tarifa média residencial no Paraguai custa US\$ 74 por megawatt-hora (MWh); para indústrias, o valor é de US\$ 51. Mesmo com um reajuste de 40%, o preço ainda seria bem menor que os valores pagos por brasileiros.

No Brasil, os consumidores residenciais pagam, em média, US\$ 206, enquanto a indústria paga US\$ 125. As informações são da Ande, empresa pública paraguaia responsável pelo fornecimento de energia no país. Em pleno mês de março, a Eletrobrás e a Ande, contraparte paraguaia, ainda não chegaram a um acordo sobre os respectivos valores de contratação da potência disponível pela usina, o que impede o planejamento para este ano. O Brasil quer que o Paraguai contrate 1 mil MW a mais para 2019, mas o Paraguai resiste à proposta por causa do custo político que isso teria para o presidente Mario Abdo Benítez, que assumiu o mandato em agosto do ano passado.

Acordo. Logo depois que a ex-presidente Dilma Rousseff foi reeleita, as contas de luz tiveram um aumento de 50% em 2015, o que contribuiu para a queda da popularidade da petista, que sofreu impeachment no ano seguinte. Na Argentina, o presidente Mauricio Macri enfrenta críticas desde que retirou os subsídios embutidos em diversos serviços. No fim do ano passado, ele autorizou um aumento de 43% na energia e de 35% no gás, numa tentativa de distanciar a medida das eleições em outubro, em que disputa a reeleição. A energia elétrica produzida por Itaipu é vendida a preço de custo para Brasil e Paraguai, mas cerca de 70% do preço final diz respeito ao pagamento do financiamento para a construção da usina.

O custo, por MWh, é de US\$ 43,80. Pelo tratado, cada país fica com metade da eletricidade produzida por Itaipu. Como não consome todo o volume a que tem direito, o Paraguai vende seus excedentes para o Brasil e, historicamente, tem ficado com 15% de sua parcela. Mais barata. Além da energia associada à sua potência, Itaipu costuma produzir um volume de energia excedente – muito mais barata, pois seu custo não inclui o pagamento do empréstimo relativo às obras. Esse volume também deveria ser dividido igualmente entre Brasil e Paraguai, mas um acordo firmado entre os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo em 2009, hoje questionado pelo Brasil, dá ao Paraguai direito a uma proporção maior dessa energia mais barata.

É com essa energia mais barata, que custa US\$ 6 por MWh, que o Paraguai tem contado para atrair empresas e investimentos. Essa política resultou em um crescimento econômico da ordem de 6% para o país nos últimos anos, enquanto o PIB do Brasil cresceu 1,1% em 2018 e em 2017, após dois anos de recessão. Desde o ano passado, esse acordo, apesar de favorecer o Paraguai, teria sido extrapolado, como revelou o Estadão/ Broadcast. O Paraguai tem se apropriado de todo o volume excedente e também de parte da eletricidade a que o Brasil tem direito.

A Eletrobrás, estatal por meio da qual o Brasil faz os pagamentos à usina, se recusou a pagar pelo que não recebeu. O Paraguai quer manter inalterado o

volume contratado e suprir a indústria local com os excedentes, bem mais baratos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: MP apura se área de segurança da Vale trocou auditor para liberar barragem

Minas. Em 2018, mineradora dispensou consultoria que não atestou estabilidade da estrutura; desastre foi em 25 de janeiro deste ano. Mudança promovida pelo setor de prevenção de riscos da multinacional motiva pedido da força-tarefa para afastar técnicos

A força-tarefa que apura o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), com 193 mortes confirmadas e 115 desaparecidos, põe em primeiro plano agora a investigação sobre o departamento da empresa criado justamente para impedir essas tragédias. Surgido após o rompimento da estrutura de Mariana em 2015, maior desastre ambiental do País, o setor de geotecnia da Vale não só teria deixado de agir para reduzir riscos nessas estruturas, como teria trocado empresas e pressionado auditores para obter laudos de segurança, conforme os investigadores.

Essa suspeita motivou um pedido dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e das Polícias Civil e Federal para afastar todos os responsáveis da área, além dos principais executivos da Vale, até o próximo dia 10. Na lista estão cinco engenheiros e diretores de Geotecnia, além de Alexandre Campanha, gerente executivo de Governança de Geotecnia Corporativa, e Marilene Christina Araujo, gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas. Nenhum deles, até agora, deixou suas funções e a Vale pode ser responsabilizada criminalmente. No dia 2, o diretor-presidente Fábio Schvartsman pediu afastamento temporário de suas funções.

Na mesma linha agiram Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de ferrosos e carvão; Lúcio Flávio Cavalli, diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; e Silmar Magalhães Silva, diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale. A força-tarefa solicitou que os quatro, Campanha, Marilene e mais três integrantes de postos-chave deixem todas as atividades na Vale. O documento oficial ainda indica a intenção de responsabilizar individualmente os citados pela tragédia.

O principal ponto da análise da força-tarefa é a troca de empresas contratadas pela mineradora para dar laudos de segurança em Brumadinho. A mudança ocorreu em 2018, e pode ser um indício de que a multinacional sabia dos problemas na estrutura e buscou formas de continuar operando. Em setembro, a Tractebel, que prestava serviço para a Vale, informou que os dados analisados não permitiam declarar estabilidade da estrutura naquele mês. "Já ouvimos várias pessoas dentro desta linha de investigação", afirma um integrante da força-tarefa.

Em seguida ao comunicado da Tractebel, a Vale informou a essa empresa de auditoria externa que, por essa "divergência", não mais usaria seus serviços. Foi quando o trabalho acabou assumido pela empresa Tüv Süd, "que se encarregou de emitir a declaração de estabilidade (com fator de segurança inferior às recomendações técnicas)", cita a força-tarefa. Um dos engenheiros da Tüv Süd que foram presos durante as investigações, Makoto Namba, disse em depoimento à polícia ter sido pressionado pela Vale. A questão sobre a "divergência" e os problemas levantados pela Tüv Süd são os mesmos: água em excesso na barragem, o que é apontado pelos técnicos como a principal hipótese para o desastre.

A promotora Andressa Lanchotti, que coordena a força-tarefa, não comentou a troca das empresas pela Vale, e se limitou a dizer que "as investigações vão muito bem". Na recomendação enviada à mineradora por ela, promotores, procuradores e delegados, cita-se textualmente que "a área de geotecnia corporativa da Vale atuou de forma sistemática para alcançar declarações de estabilidade de barragens de estruturas que não atendiam aos parâmetros legais e estipulados pela própria empresa".

O documento alerta também que o Conselho de Administração e a presidente do Comitê Consultivo Independente, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, já haviam sido notificados dos riscos em outras barragens. Mesmo assim, afirma, as medidas de segurança, como a retirada de moradores de áreas de risco, só foram tomadas depois que a Agência Nacional de Mineração (ANM) se posicionou. Os promotores ainda investigam porque as recomendações de segurança em painéis internacionais, outra das medidas práticas de segurança adotadas pela Vale pós-Mariana, foram ignoradas.

Um dos alertas, de outubro, referia-se justamente à barragem que rompeu. Procurada, a Tractebel informa que "continua contribuindo com as autoridades". Ela já teria sido ouvida pelos promotores, segundo apurou o Estado. Também por nota, a Tüv Süd disse que "está investigando minuciosamente seus processos internos".

Famílias. Ontem, após a 5.^a audiência de conciliação com a mineradora, os representantes do MPF, Edmundo Dias, e do MPMG, André Sperling, reclamaram da morosidade da Vale. "Sempre que é possível um adiamento, eles tentam fazer. Estamos falando de pagamentos emergenciais. Só para conseguir o necessário para que as pessoas sobrevivam tem havido dificuldade", disse Sperling. Apesar disso, Dias destacou que houve avanços, como o pagamento de uma cesta básica por núcleo familiar durante 12 meses. Procurada, a Vale não se pronunciou. / COLABORARAM GIOVANA GIRARDI e RENATA BATISTA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/03/2019

Seção: Ciência

Autor: Thiago Amâncio

Título: Retirada de rejeitos da Vale prevê desidratação da lama e confinamento em tubos

São Paulo- O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) despejou 11,7 milhões de metros cúbicos de lama com alto teor de silício e ferro em uma área de vegetação nativa de mata atlântica. Com a destruição de 270 hectares de vegetação, como recuperar o ambiente destruído pela tragédia?

Em 5 de fevereiro, 12 dias após o rompimento da barragem, a Vale apresentou ao governo mineiro um plano de emergência de contenção dos rejeitos e reparação das áreas impactadas, segundo a Semad (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG).

O plano prevê retirar a lama com escavadeiras hidráulicas e pás mecânicas e estocar o material primeiro em uma área de preservação permanente no Paraopeba e depois em uma fazenda da Vale na região. Nessa fazenda, o rejeito será confinado em tubos, desidratado para adquirir uma forma sólida e sem contaminantes, e coberto com solo compactado onde espécies locais serão plantadas.

Para evitar que mais lama escorra com chuvas, a mineradora vai construir um dique na região destruída, com rochas de pedreiras de Betim (MG).

As ações, no entanto, ainda estão em fase preliminar, já que há 115 corpos desaparecidos nos meios dos escombros da tragédia da Vale e a prioridade é encontrá-los.

A mineradora só pode atuar onde o Corpo de Bombeiros de MG já descartou a possibilidade de encontrar corpos. Mesmo assim, o material retirado pela mineradora passará por triagem, com cães farejadores, para verificar se ainda há restos humanos.

Marcelo Gravina, professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e membro do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), explica que a camada de rejeitos impede o crescimento de vegetação na região atingida pela altíssima concentração de ferro e silício.

Gravina sugere recuperar a área com a técnica conhecida como fitorremediação, que inclui o uso de plantas com alta capacidade de absorção para sugar os contaminantes do solo. O maricá, árvore nativa da mata atlântica, é uma opção.

Há outras plantas, exóticas à vegetação do local, mas que, além da capacidade de absorção, podem virar fonte de receitas, sugere o pesquisador. É o caso do eucalipto, que pode servir para extração de madeira, e da mamona, que pode ser usada para a produção de óleo. O tomate também é uma boa “esponja”, mas plantas alimentícias devem ser dispensadas para evitar a contaminação de seres humanos.

Segundo o Ibama, foram destruídos 133 hectares de vegetação nativa de mata atlântica e 71 hectares de área de preservação permanente ao longo dos cursos d’água afetados pelo rejeito.

O plano da Vale prevê intervenções emergenciais para conter e retirar a lama de rejeitos no rio Paraopeba, que desemboca no São Francisco e cruza o país. Inspeção da ONG SOS Mata Atlântica classificou a qualidade da água como péssima ou ruim nos 22 pontos de coleta e encontrou metais pesados, como manganês, cromo e cobre, além de bactérias comuns em cemitérios e aterros sanitários.

Para a ambientalista Malu Ribeiro, da SOS Mata Atlântica, a paisagem da região não deve voltar ao que era antes do rompimento da barragem. “A gente perdeu uma floresta primária, com uma rica diversidade de espécies. Vamos ter que recompor primeiro o solo e redesenhar o desenho de riachos, já que o riacho Ferro-carvão desapareceu. É possível recuperar, mas teremos uma paisagem diferente.”

Ela compara com o cenário do rio Doce, destruído em 2015 pelo rompimento de uma barragem da Samarco, que era controlada pela Vale e pela mineradora BHP Billiton. “Nos primeiros trechos, o rio não passa mais por onde passava”, diz ela, que ressalta que, após mais de três anos, quase nada foi feito na região.

Até agora, segundo a Vale, cinco barreiras hidráulicas foram instaladas ao longo do Paraopeba. A mineradora diz que monitora a qualidade da água, o acúmulo de sedimentos e a presença de organismos aquáticos em coletas diárias em 65 pontos do Paraopeba e do São Francisco.

Após o desastre de 2015, a mineradora também construiu diques para evitar que a lama escorresse para os cursos d'água da região.

Para a Semad, "a Vale pode realizar suas ações [de recuperação ambiental] com mais agilidade", afirmou o órgão em nota.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Proposta do governo prevê que índio não poderá vetar mineração

Ministério quer aproveitar projeto de Jucá que já foi aprovado no Senado

O Ministério de Minas e Energia pretende aproveitar e apoiar um projeto em tramitação no Congresso para autorizar a atividade de mineração em terras indígenas. A proposta, de autoria do ex-senador Romero Jucá (MDB-RR), foi aprovada no Senado na década de 1990 e está parada na Câmara. O ministério informou que "estuda a possibilidade de mineração nessas áreas, cujo modelo regulatório específico deverá ser discutido com o Congresso e outros envolvidos".

Em discurso para investidores no Canadá, na segunda-feira, o **ministro Bento Albuquerque** afirmou que o governo pretende liberar também a mineração em faixas de fronteira. Segundo ele, as restrições que existem hoje nessas áreas prejudicam o desenvolvimento, estimulam atividades ilegais e ainda criam focos de conflito.

A possibilidade de exploração mineral em terras indígenas está prevista na Constituição, mas nunca foi regulamentada. O texto diz que a pesquisa e a lavra das riquezas minerais nessas terras só podem ser efetivadas com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados.

A ideia do ministério é não dar poder para o povo indígena aprovar ou vetar a mineração em suas terras. Eles seriam apenas consultados. O projeto de lei que o ministério quer aproveitar determina que as áreas situadas em terras indígenas poderão ser declaradas disponíveis para pesquisa e lavra mediante edital.

"RETROCESSO"

Por esse projeto, as comunidades indígenas receberiam pagamento pela ocupação do solo e participação nos resultados da mineração. A Fundação

Nacional do Índio (Funai) promoveria audiência na comunidade, assistida por representante do Ministério Público Federal (MPF). Concluída a tramitação administrativa, o Poder Executivo encaminharia o processo ao Congresso para que este autorizasse a efetivação dos trabalhos.

Atualmente, há 462 terras indígenas regularizadas, que representam 12,2% do território nacional. A presença de garimpos ilegais em algumas delas é antiga e conhecida das autoridades. É o caso da exploração irregular de diamantes na terra dos cinta-larga, em Rondônia, e de ouro em áreas yanomami, em Roraima.

A professora da UFMG Andrea Zhouri classifica o plano do governo como um "retrocesso" e uma "lástima":

— Os indígenas não serão ouvidos, serão informados sem o poder de dizer não. E aqueles que querem se manter como índios, que desejam manter sua reprodução social, não terão poder de veto.

Para liberar a mineração em faixas de fronteira, o ministério pretende usar um projeto parado no Senado, ainda não aprovado em nenhuma das Casas. A proposta estabelece que a atividade nesses locais terá manifestação apenas opinativa do Conselho de Defesa Nacional. Hoje, é preciso autorização prévia do Conselho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/03/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras quer lei contra furto de combustível

Desde 2016, desvios de petróleo, gasolina e diesel mais do que triplicaram. Estatal pede audiência com o ministro Sérgio Moro para discutir legislação específica para esse tipo de crime. Preocupação é evitar casos como explosão no México

A Petrobras quer que o governo endureça a legislação contra o furto de combustível. A estatal já solicitou uma reunião com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, para discutir o assunto, segundo fonte ligada à companhia. Uma das propostas é a adoção de penas mais duras, com a criação de lei que trate especificamente deste tipo de crime. Hoje, quem é preso após roubar petróleo, gasolina ou diesel é enquadrado na lei que trata de organização criminosa ou furto qualificado. A preocupação não é à toa. Desde 2016, os casos de furto de combustível mais que triplicaram: saltaram de 72 para 261 no ano passado. Segundo a Transpetro, subsidiária da Petrobras que opera dutos, foram 42

milhões de litros furtados por quadrilhas especializadas, com prejuízos que ultrapassam os R\$ 600 milhões.

A estatal pretende fazer uma campanha para esclarecer moradores de áreas vizinhas aos dutos sobre os riscos envolvidos no desvio de combustível. A ideia é incentivar denúncias de irregularidades. A empresa tem investido ainda em tecnologia de monitoramento da infraestrutura e em visitas a comunidades próximas para conscientizar a população.

—Vamos desenvolver uma campanha educativa para não acontecer aqui o que ocorreu no México, onde as comunidades que viviam próximas aos dutos da Pemex (petroleira mexicana) acabaram transformando o roubo de combustíveis num negócio. Isso é muito perigoso. Os prejuízos maiores são os danos à infraestrutura e os riscos para a população — afirmou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista recente ao GLOBO, numa referência aos riscos de incêndio e explosões.

TÚNEL EM CASA DE MORADOR

Os ataques a dutos em área rural ocorrem em locais não habitados, com a perfuração para posterior instalação de uma válvula. Em áreas urbanas, costumam ocorrer próximo a comunidades. Nestes casos, os bandidos chegam a fazer túneis dentro das casas de moradores para chegar até os dutos. Isso ocorre porque boa parte dessa infraestrutura foi construída nos anos 1970. Nas décadas posteriores, comunidades cresceram ao longo do caminho dos dutos.

—O roubo de combustível é uma fonte de recursos para o crime organizado, tanto quanto o tráfico de drogas, o roubo de cargas ou o contrabando. Não é à toa que essa prática cresceu tanto no México, assim como em outros países — afirma um executivo ligado ao setor de petróleo.

Dos 261 casos de furtos de combustível no país no ano passado, 57% foram registrados em São Paulo e 26% no Estado do Rio. As áreas próximas à Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) concentram boa parte das ocorrências no Rio.

Edmar Almeida, do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, lembra que o furto de combustível ocorre principalmente em países da América Latina, como México e Colômbia, e na Nigéria. Ele lembrou que o México chegou a desativar alguns dutos e fazer parte do transporte por caminhões, mas isso acabou afetando o abastecimento em algumas partes do país. Em janeiro, 89 pessoas morreram após a explosão de um duto. O acidente aconteceu depois que 200 pessoas aproveitaram um vazamento para roubar gasolina.

—O roubo de combustível é questão muito grave na indústria do petróleo. É um problema endêmico que desestrutura a logística de entrega dos produtos — afirmou Almeida.

Segundo a promotora Simone Sibilio, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Estadual do Rio, o crime mais comum no estado é o furto de petróleo. O desvio é feito, em geral, por quadrilhas que contam até com refinarias clandestinas para tratar o petróleo roubado. Em 2017, numa operação conjunta com a Polícia Civil, foi feita a primeira operação, batizada de Ouro Negro, que prendeu integrantes de uma quadrilha que furtava petróleo para revenda ilegal na Baixada Fluminense.

—O aumento desse tipo de modalidade criminosos nos preocupa porque põe em risco a população. Há vidas em risco e dano ambiental —afirmou a promotora.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/03/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Procurador diz que edital da Norte-Sul favorece a Vale

Representante do Ministério Público junto ao TCU pede a Bolsonaro que reveja leilão da ferrovia

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Julio Marcelo de Oliveira pediu ontem ao presidente Jair Bolsonaro para rever o leilão da ferrovia Norte-Sul, principal licitação de infraestrutura do início do governo. Ele afirma que o edital está "viciado", restringe a competição e favorece a Vale. O leilão está marcado para o dia 28 e é contestado também pelo Ministério Público Federal (MPF).

A Norte-Sul é considerada a espinha dorsal da malha ferroviária brasileira. Oliveira afirma que a nova concessionária ficará com um trecho isolado, sem acesso aos portos. Segundo ele, o governo não assegura que o vencedor da licitação poderá levar seus trens até o litoral.

Isso afastaria qualquer interessado que não seja ligado à Vale, que tem a ferrovia com saída para o Norte, ou ligado à Rumo Malha Paulista, que tem saída pelo Sudeste. Ainda será preciso, porém, ligar a Rumo à Norte-Sul, obra a cargo da estatal Valec.

"Resultado: a licitação está desenhada para a vitória de alguma empresa ligada à Vale", afirmou o procurador, nas redes sociais.

O Ministério da Infraestrutura considerou que o edital é público, transparente e aberto a qualquer interessado a participar: "Dessa forma, o leilão está mantido para 28 de março".

MME / ASCOM .